



Ação Direta de Inconstitucionalidade
0024254-71.2019.8.19.0000

Representante: PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Representado: PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BARRA MANSA e OUTRO

RELATOR: DESEMBARGADOR ROGERIO DE OLIVEIRA SOUZA

ACÓRDÃO

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI MUNICIPAL. LEI ORGÂNICA DE MUNICÍPIO. MUNICÍPIO DE BARRA MANSA. REVISÃO GERAL ANUAL DO VALOR DO SUBSÍDIO DOS AGENTES POLÍTICOS. INCLUSÃO DOS VEREADORES. EFEITOS CONCRETOS. VIOLAÇÃO DO SISTEMA CONSTITUCIONAL DE REMUNERAÇÃO DO AGENTE POLÍTICO. SUBSÍDIO. DISTINÇÃO ODIOSA EM RELAÇÃO AOS DEMAIS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS. NECESSIDADE DE LEI ESPECÍFICA. OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. LIMINAR. DEFERIMENTO.

1. A remuneração dos Vereadores obedece ao sistema piramidal constitucional, segundo o qual guarda relação de vinculação e proporcionalidade com o subsídio recebido pelo Deputado Estadual e este mantém vinculação àquele percebido pelo Deputado Federal (CF, 29, VI e 27, § 2º).

2. Emenda à Lei Orgânica Municipal que determina o “reajuste” (*rectius*: revisão) anual dos subsídios dos “agentes políticos” através da aplicação de índice federal de correção monetária.

3. Ofensa ao princípio da isonomia ao excluir todos os demais servidores públicos municipais da revisão geral anual.

4. Violação flagrante do sistema constitucional de subsídio do ao fazer referência à expressão genérica “agente político” e incluir o edil no direito.

5. Possibilidade de grave prejuízo ao Erário Municipal, eis que a revisão é anual e automática.

6. Deferimento liminar da suspensão dos efeitos financeiros da lei municipal.

Ratificação da liminar.



Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Órgão Especial



Ação Direta de Inconstitucionalidade
0024254-71.2019.8.19.0000

VISTOS, relatados e discutido esta AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI ESTADUAL em que é Representante O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO e Representado PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BARRA MANSA e PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA MANSA.

ACORDAM os Desembargadores que compõem o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro em CONHECER e, por maioria RATIFICAR A LIMINAR, na forma do voto do Desembargador Relator.

Rio de Janeiro, 27 de maio de 2019.

Rogério de Oliveira Souza
Desembargador Relator

Secretaria do Órgão Especial
Av. Erasmo Braga, 115, 9º andar – Sala 906 – Lâmina I
Centro – Rio de Janeiro/RJ
Tel.: + 55 21 3133-2501 – setoe.seciv@tjrj.jus.br





Ação Direta de Inconstitucionalidade
0024254-71.2019.8.19.0000

O Procurador Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro representa pela inconstitucionalidade de dispositivos acrescentados à Lei Orgânica do Município de Barra Mansa pela Emenda 21, de 15.12.2017, de números 54B e 55C, determinando que o “subsídio dos agentes políticos” sejam “reajustados anualmente, conforme inciso X do art. 37 da Constituição Federal, adotando-se como aferida da perda do valor aquisitivo da moeda o INPC/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) ou outro que vier a substituí-lo”.

Requer medida cautelar para sustar, de imediato, a produção de efeitos concretos da lei, eis que inconstitucional, pois vincula a revisão a índice federal e retira da legislatura atual a fixação do valor dos subsídios para a legislatura seguinte. Além disso, existe a possibilidade concreta de que os Vereadores apliquem o índice de correção monetária para este ano, como já fizeram no passado, produzindo maiores prejuízos para o orçamento municipal.

A liminar foi deferida, considerando a urgência do pedido em razão de efeitos concretos e atuais na remuneração dos agentes políticos do Município, especialmente de seus Vereadores.

Os dispositivos impugnados são os seguintes:

Art. 54-B – O subsídio dos agentes políticos serão reajustados anualmente, conforme inciso X do art. 37 da Constituição Federal, adotando-se como incide de aferição da perda do valor aquisitivo da moeda o INPC/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor do Instituto Brasileiro de Geografia e estatísticas) ou outro que vier a substituí-lo (dispositivo acrescentado pela Emenda à Lei Orgânica no. 021, de 15 de dezembro de 2017).

Art. 54-C – Para a percepção dos direitos a que se referem os artigos 54-A e 54-B, o Vereador deverá apresentar requerimento por escrito junto à Mesa executiva (dispositivo acrescentado pela Emenda à Lei Orgânica no. 021, de 15 de dezembro de 2017).



Ação Direta de Inconstitucionalidade
0024254-71.2019.8.19.0000

A leitura dos dispositivos permite concluir, mesmo em sede preambular da ação, o risco de se manter produzindo efeitos as alterações introduzidas pela Emenda 21 à Lei Orgânica do Município de Barra Mansa.

Embora o direito à revisão geral anual seja um direito constitucionalmente garantido no artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, a “solução” adotada pelo Município carece de assento constitucional.

Seguindo iniciativas semelhantes adotadas em diversos outros municípios, o Representado procurou subtrair-se da celeuma jurídica ao implementar o direito à revisão geral anual em dispositivo permanente na Lei Orgânica Local.

Com efeito, ao dispor que apenas os “agentes políticos” teriam direito à revisão geral anual, criou distinção odiosa em relação aos demais servidores municipais, sem esclarecer em que bases estavam assentes tal distinção. A ofensa ao princípio da isonomia é evidente, eis que a corrosão do poder aquisitivo da moeda atinge a todos indistintamente.

Além disso, se o direito à revisão geral anual é direito de todo servidor público – e os agentes políticos o são, embora integrantes de outro regime jurídico e com regras próprias – a emenda municipal passou ao largo da necessidade de se aprovar lei específica e anual para tal fim.

A remuneração dos agentes políticos municipais que são legisladores, é feita pelo sistema constitucional de subsídio (CF, 29, VI) que mantém vinculação aos valores recebidos pelo Deputado Estadual e estes vinculados àqueles percebidos pelo Deputado Federal (CF, 27, § 2º).

Lei local, portanto, carece de fundamento constitucional ao prever modificações de seu valor, ainda que meramente de seu valor nominal, passando ao largo do sistema geral constitucional vigente.



Ação Direta de Inconstitucionalidade
0024254-71.2019.8.19.0000

Quando a emenda à lei municipal não fez distinção sobre quais agentes políticos se destinava a revisão geral, e, em seguida, esclarece que “o vereador” deverá apresentar requerimento junto à Mesa Executiva, arrostou diversos julgados do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria¹.

Por fim, podendo a “revisão ser aplicada imediatamente para o corrente ano, os prejuízos suportados pelos Cofres municipais são atuais e iminentes.

Em razão disso, houve a suspensão cautelar do disposto no artigo 43B da Lei Orgânica do Município de Barra Mansa a fim de coibir a produção dos efeitos nele previstos no sentido de “reajustar” (*rectius*: revisar) o valor do subsídio dos agentes políticos locais, considerando a perda do poder aquisitivo da moeda por qualquer índice governamental.

Por essas razões, o voto é no sentido de **conhecer e ratificar a liminar a em todos os seus efeitos**.

Rio de Janeiro, 27 de maio de 2019.

Rogério de Oliveira Souza
Desembargador Relator

¹ RE n 484.307/PR, AgR, Primeira Turma, Rel. Ministra Carmem Lúcia, Dje de 8/4/11; RE no. 770.677/MG, Rel. Ministra Rosa Weber, DJe de 13/3/14; RE no. 414.566/RS, DJe de 30/4/10, Rel. Ministro Dias Toffoli.